



<https://doi.org/10.51880/ho.v27i3.1522>



O ativismo de Beatriz Gomes Dias e sua voz-potência no espaço público português

Simone Lima Azevedo*

ORCID iD 0000-0002-9998-1827

Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Programa de

Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, São Paulo, Brasil

Resumo: Esta entrevista, gravada em fevereiro de 2024, em Lisboa, Portugal, com Beatriz Gomes Dias, primeira vereadora negra na Câmara Municipal de Lisboa, eleita pelo Bloco de Esquerda para o mandato 2021-2025, tem como objetivo (re)contar a história de pessoas negras que vivem em Portugal, registrando narrativas de mulheres negras sobre suas atividades de ativismo, vida pessoal e atuação profissional, a partir dessa corporalidade racializada.

Palavras-chave: Emancipação. Liberdade. Potência. Transformação.

The activism of Beatriz Gomes Dias and her powerful voice in the portuguese public space

Abstract: This interview, recorded in February 2024, in Lisbon, Portugal, with Beatriz Gomes Dias, the first black councilor in the Lisbon City Council elected by the Bloco de Esquerda for the 2021-2025 term, aims to (re)tell the story of people black living in Portugal, recording narratives from black women about their activism activities, personal lives and professional activities, based on this racialized corporeality.

Keywords: Emancipation. Freedom. Power. Transformation.

* Doutoranda em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (USP), com orientação da Profa. Dra. Elizabete Franco Cruz; mestra em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). E-mail: simone.azevedo@usp.br.

Apresentação

No dia 25 de abril de 2024, Portugal celebrou o aniversário de 50 anos da Revolução dos Cravos, movimento popular pacífico que pôs fim à ditadura de António de Oliveira Salazar (1889-1970), retomou a democracia no país e levou à independência de ex-colônias portuguesas na África, cujas lutas foram cruciais para o fim do salazarismo. Movimentos armados pela independência de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde tiveram fator central na derrubada da ditadura fascista em Portugal, evidenciado que o legado da resistência negra para a emancipação e libertação dos povos africanos ainda está por ser devidamente contado e legitimado nos arcaços da História.

Considerada a principal data do país, os portugueses celebram o 25 de Abril em um grandioso desfile pela Avenida da Liberdade todos os anos. Milhares de pessoas descem a avenida com cravos vermelhos nas mãos, como símbolo de liberdade nacional. Contudo, neste ano, a comemoração da vitória popular contra o fascismo salazarista vai de encontro aos resultados das urnas nas eleições legislativas realizadas em março. No maior comparecimento às urnas em 29 anos,¹ o partido ultradireitista Chega conquistou 48 assentos² na Assembleia da República com o discurso racista de ódio contra a imigração, sinalizando uma perigosa ameaça às conquistas democráticas dos últimos 50 anos e ampliando os obstáculos para a luta antirracista que ativistas e movimentos sociais têm desenvolvido.

Neste cenário de avanço da extrema-direita no país europeu e de fortalecimento de discursos xenofóbicos junto à opinião pública, (re)contar a história da presença negra em Portugal a partir das vozes potentes de ativistas que têm desempenhado papel fundamental na luta antirracista tem como objetivo promover um espaço de reflexão sobre o poder transformador e libertário da resistência negra, da ancestralidade africana e da coletividade.

Nesta perspectiva, a história oral é uma aliada no processo de compreensão das vivências e experiências subjetivas e das memórias de sujeitos não hegemônicos aos quais foi negada a legitimidade de um espaço público para a articulação e legitimação de suas vozes (Pollak, 1989). Em Portugal, esses sujeitos e sujeitas têm construído caminhos, redes, plataformas e diversas estratégias individuais e coletivas para ocupar este espaço público negado e para articular suas vozes potentes contra o silenciamento instituído pelo passado colonial que se reitera no presente.

Intelectuais, ativistas e artistas negros e negras têm construído importantes ferramentas de enfrentamento ao racismo, a exemplo da SOS Racismo, associação

1 BORGES, Liliana. Taxa de abstenção desce: é a mais baixa desde 1995. *Público*, 11 mar. 2024. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/03/11/politica/noticia/taxa-abstencao-desce-baixa-desde-1995-2083165>. Acesso em: 7 out. 2024.

2 PARTIDO de direita Chega quadruplica nº de deputados em Portugal. *Poder 360*, 11 mar. 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/internacional/partido-de-direita-chega-quadruplica-no-de-deputados-em-portugal/>. Acesso em: 7 out. 2024.

antirracista sem fins lucrativos que desenvolve atividades e ações de intervenção em diversas áreas, e da Associação de Afrodescendentes (DJASS), organização também sem fins lucrativos que tem como missão defender e promover os direitos das pessoas negras e afrodescendentes em Portugal e de combater o racismo em todas as suas formas e dimensões, reivindicando políticas e práticas de igualdade. Como pontua Audre Lorde (2020), as ferramentas do colonizador não irão dismantelar a casa-grande. São necessárias novas ferramentas forjadas na potência da ancestralidade, da coletividade e da resistência.

Audre Lorde (2020) observa que, para se perpetuar, toda forma de opressão precisa corromper as fontes de poder na cultura do oprimido. E memória é poder, ação e movimento. Como destaca Lélia Gonzalez (2020, p. 78), a memória é o “lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita”. Hoje, a história do povo negro está sendo (re)escrita e (re)contada por suas próprias vozes. Contar a própria história produz resistência e poder.

Com o propósito de contribuir com a produção de presença negra em Portugal e lançar luz sobre o trabalho de (re)construção de uma memória coletiva da diáspora negra feita por ativistas portuguesas, esta entrevista registra algumas das vivências, a partir dessa corporalidade racializada, de Beatriz Gomes Dias, professora, ativista e política portuguesa.

Beatriz nasceu em Dakar, Senegal, em 1971. De origem guineense, vive em Lisboa desde os quatro anos de idade. Formou-se em Biologia pela Universidade de Coimbra e é professora do ensino básico e secundário. Em 2019, foi eleita deputada no Parlamento português pelo Bloco de Esquerda e em 2021 foi eleita vereadora em Lisboa, tornando-se a primeira pessoa negra de que se tem registro na Câmara Municipal da capital portuguesa.

Beatriz é membro do SOS Racismo e cofundadora da DJASS. Através da política, do ativismo, da atuação profissional na educação e da sua vivência pessoal, Beatriz constrói uma trajetória de ação política que tem como resultado um importante legado materializado no memorial em homenagem às vítimas da escravidão que será erguido em Lisboa. O monumento deve ser construído perto do Campo das Cebolas, à beira do rio Tejo, local onde os negros escravizados que chegavam a Portugal eram vendidos.

A gravação desta entrevista ocorreu no contexto da minha pesquisa de internacionalização do doutorado, realizada entre janeiro e abril de 2024, no Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA), e que teve como tema vivências de mulheres negras em Portugal: ativismo e antirracismo. O objetivo era conhecer e (re)contar as trajetórias de mulheres negras que vivem em Portugal, registrando narrativas sobre suas atividades de ativismo, vida pessoal e atuação profissional em diferentes frentes de atuação: a política, a educação básica, a mídia, o ativismo, a imigração e a pós-graduação. Neste período, além de Beatriz, entrevistei outras cinco mulheres, sendo três portuguesas e três brasileiras no total. Desse modo, conheci Beatriz por meio dos contatos que fiz com associações antirracistas que atuam

em Lisboa e a convidei para participar da pesquisa.

Na manhã do dia 4 de fevereiro, Beatriz me recebeu em seu gabinete, no centro da cidade, e durante uma hora de encontro ela relatou os caminhos que percorreu para se tornar a professora, a ativista e a vereadora que tem sido uma importante voz-potência no espaço público português elaborando projetos antirracistas na política e impulsionando transformação social.

Entrevista

Simone Lima Azevedo – Beatriz, como é ser uma mulher negra vivendo em Portugal?

Beatriz Gomes Dias – Eu nunca fui outra coisa, não é? Sempre fui uma mulher negra e cresci em Lisboa, Portugal. Durante toda a minha vida fui sendo alvo de discriminação e à medida em que fui crescendo fui aprendendo a enfrentar essa discriminação. E depois quando me politizei e comecei a investigar mais sobre as práticas do racismo e da discriminação, me tornei uma voz num espaço público, uma presença pública denunciando as práticas do racismo e também fazendo propostas para a sua emancipação. Então ser uma mulher negra é aprender a lidar com o olhar que te torna o outro, não é? O outro, um bocado como diz o Caetano, o avesso do avesso. E é bastante difícil, às vezes é avassalador, ter de enfrentar e viver com essa discriminação. Portanto, imagina ser perseguida nos supermercados, não ser logo atendida, ser perseguida em lojas, depois ser desconsiderada, para além do discurso de ódio de que sou alvo. Mas esse discurso de ódio tornou-se mais evidente quando me tornei uma figura pública e política. Portanto ser mulher negra em Portugal é aprender a viver com expectativas baixas relativamente a ti, ter que lutar para poder afirmar a tua qualidade e a tua potência. Há uma grande diferença entre o que é a tua vida privada e a noção de ti e a família, a forma como a família olha para ti e valoriza, incentiva e promove aspirações, não é? Aspirações várias ao longo das diferentes fases da minha vida. E depois o espaço público no qual eu sou considerada estrangeira, no qual eu sou invisibilizada, sou deslegitimada. Em uma primeira fase da minha vida, ser mulher negra em Portugal foi aprender a viver com esta diferença, saber que a discriminação existe e aprender a viver com ela, porque é isso que nós fazemos. Depois, numa segunda fase da minha vida, quando começo a militar na SOS Racismo e depois torno-me militante do Bloco de Esquerda, é encontrar respostas para o enfrentamento da discriminação e também apresentar propostas de emancipação. Acho que há várias fases da minha vida. Numa primeira fase foi esta de aprender a viver, de uma certa perplexidade de não ser reconhecida com todas as minhas qualidades, como era em casa. Depois numa segunda fase foi aprender a interpretar o racismo e a discriminação e conhecer as suas raízes, as práticas e os fundamentos teóricos, ou seja, ler autores que pensaram sobre o

racismo para ampliar o meu conhecimento. Nessa fase as minhas propostas eram muito no sentido de confrontar o racismo, mas ainda um bocado centradas na denúncia, ou seja, dizendo que o racismo faz isto, o racismo faz aquilo, o racismo impede o acesso aos direitos fundamentais, o racismo tem impacto na saúde mental e tudo isso. Com o tempo, à medida em que fui aprendendo mais, agora estou bastante interessada em contar a história sob a nossa perspectiva, ou seja, uma história mais afrocentrada a partir dos arquivos das pessoas africanas, trazendo o que foi a cultura, o contributo para o desenvolvimento, e menos centrada na denúncia, portanto acho que foi um bocado esta evolução. Por outro lado, o conhecimento é extremamente emancipador, portanto, apesar da dureza de perceber o impacto que o racismo tem na vida de todas as pessoas negras, que são alvo da discriminação, que são condenadas à pobreza e à morte prematura e impedidas do progresso social, é bastante emancipador também conhecer a forma como o racismo se estruturou enquanto ideologia. Ser uma mulher negra é afirmar a potência da ancestralidade, mas também da minha potência e de todas aquelas que constituem a comunidade de pessoas negras e procurar trazer para o espaço público essa potência.

SLA – E de onde vem a sua potência?

BGD – Os meus pais nasceram na Guiné-Bissau, durante o período da ocupação colonial, ou seja, eles cresceram na Guiné enquanto um território ocupado por Portugal, portanto toda essa consciência da luta pela libertação e pela liberdade foi algo com o que cresci. Portanto, isso também acaba por moldar o meu olhar, a forma como eu me posiciono e também essa certeza de fazer parte da genealogia de pessoas que lutam pela libertação.

SLA – Portugal faz questão de destacar e reiterar que os negros que aqui vivem não são portugueses, são estrangeiros, ainda que tenham nascido aqui e vivido toda a sua vida aqui. Você se considera portuguesa?

BGD – Sim, eu sou portuguesa, sou inequivocamente portuguesa. Toda a minha formação cultural é portuguesa, mas eu também sou africana. Portanto, eu sou as duas coisas. Eu sou uma mulher negra portuguesa, mas também sou uma mulher africana, porque tenho ascendência africana. Eu sou a primeira geração que aqui vive sem que haja ocupação colonial. Os meus pais ainda viveram num território ocupado, ainda foram tratados como sendo cidadãos de segunda categoria, foram impedidos do acesso a vários direitos, porque a discriminação foi traduzida, não era só a prática, mas eram também as leis. Estava definida na lei qual era a posição de cada pessoa e o que podia alcançar e aspirar. E os meus pais, no seu percurso pessoal, acabaram por contrariar essas determinações, portanto eu sou descendente dessa força de procurar um bem

comum e uma emancipação coletiva, porque não é só uma emancipação individual.

SLA – E como foi o processo de fundar a DJASS ao lado das suas irmãs, amigas e amigos?

BGD – Ah, foi maravilhoso! A DJASS é uma organização extraordinária que ganhou vida própria e acabou por ocupar um espaço bastante importante na sociedade portuguesa. Quando nós a fundamos nós queríamos participar e contribuir para este processo de emancipação coletiva, então a DJASS para nós era e é uma organização que visava defender os direitos das pessoas negras em Portugal. Temos a consciência de que temos um conjunto de instrumentos muito úteis para o combate e para a luta e que esses instrumentos deveriam ser colocados ao serviço do coletivo. E era assim a forma que nós podíamos contribuir: mobilizar o conhecimento que temos e os instrumentos que fomos adquirindo ao longo da nossa vida e disponibilizá-los para esta luta coletiva. Então a DJASS é a materialização desta proposta e desta ideia. Nós fundamos a DJASS em 2016 e fizemos um conjunto de iniciativas que visavam refletir sobre a construção do racismo e da discriminação e os efeitos que essa construção tem na vida das pessoas de que dela são alvos, que são principalmente as pessoas negras e as pessoas ciganas. E foi esta a nossa inspiração, ou seja, a vontade de contribuir para um processo emancipatório. Temos a convicção que tínhamos como contribuir, que tínhamos um conjunto de instrumentos que poderiam ser bastante úteis.

SLA – E o seu processo de entrada na vida política foi depois da DJASS?

BGD – Não, não. Foi antes. Eu já militava no Bloco de Esquerda desde 2007 e é interessante porque agora, como sou entrevistada muitas vezes, vou olhando para o meu percurso de vida e o que eu fui fazendo ao longo da vida. E reconheço que a participação política foi muito precoce na minha vida. Comecei a participar politicamente muito cedo, e a minha mãe também me diz isso quando falamos do assunto ou falamos de algum aspecto particular da política. Ela lembra-me que aos 17 anos eu já estava a participar politicamente. Antes de entrar na faculdade, enquanto estudante do secundário no movimento estudantil, participei do movimento contra as provas gerais de acesso,³ porque foi uma medida de política pública que, na nossa opinião, iria diminuir e iria criar um obstáculo ao acesso ao ensino superior, porque isso introduzia uma barreira. Isso foi instituído em 1989. Eu estava a acabar o secundário, tinha 17 anos e participei nesse movimento. Fizemos uma greve prolongadíssima, não fizemos as provas e depois acabou por atrasar todo o processo de acesso ao ensino superior. Depois, antes de entrar na faculdade, torno-me sócia da SOS Racismo e participo das iniciativas. A SOS Racismo teve um papel muito importante na minha formação política, mas também

3 Prova de acesso ao ensino superior em Portugal aplicada pelo governo entre 1989 e 1993. Foi alvo de protestos de estudantes em todo o país.

no desenvolvimento de pensamento crítico para uma compreensão mais ampla das estruturas, de como elas foram edificadas e de como o racismo foi construído, é mantido e reconstruído ao longo do tempo. Depois, na faculdade, participo na luta contra as propinas, mas aproximo-me do Partido Socialista Revolucionário (PSR), que é um dos partidos políticos que depois vai dar origem ao Bloco de Esquerda, e participo das iniciativas e das reuniões. Eu estudei em Coimbra, então depois eu volto para Lisboa e afasto-me um bocado da política, mas começo a sentir falta, porque eu não queria participar só a partir do sofá, olhando e fazendo comentários, eu queria participar ativamente, então aproximo-me do Bloco de Esquerda no referendo para a defesa da interrupção voluntária da gravidez em 2006, que foi o referendo vitorioso que permitiu que a lei⁴ fosse aprovada. E depois torno-me militante em 2007, participando mais nos grupos de educação em defesa de uma carreira que não fosse dividida em duas, porque na altura havia uma proposta para a divisão da carreira docente em professores titulares, que poderiam progredir mais rapidamente, e professores não titulares, que teriam mais obstáculos à progressão. Então foi uma mobilização enorme de professores com muitas greves e com mais de 150 mil professores na rua. Em 2009, fui eleita a representante do Bloco de Esquerda na freguesia dos Anjos. Depois volto a ser reeleita em 2013 na freguesia de Arroios, e em 2016 fundamos a DJASS, portanto tinha já esta participação política bastante intensa no Bloco de Esquerda. Como militante fiz tudo, coleei cartazes, distribuí jornais, participava de reuniões de formação política. Foi um período bastante intenso, mas muito rico, portanto quando eu disse que nós fundamos a DJASS para colocar todos os instrumentos que tínhamos ao serviço do coletivo, eu tinha toda esta formação política para contribuir para o debate e para trazer para o espaço político essas reivindicações.

SLA – E assim você se tornou a primeira pessoa negra a ocupar o cargo de vereadora em Lisboa...

BGD – Sim, sim, acho que sou. Não sei, não tenho a certeza, porque, embora pareça ser a primeira, eu prefiro acreditar que terá havido outras antes de mim que ainda não sabemos porque a história das pessoas negras em Portugal está por contar, portanto há muito, muito pouca informação. Sabemos muito pouco sobre quem ocupou os cargos. Pensar que houve outras antes de mim coloca-me numa genealogia de mulheres negras que ocuparam os cargos políticos e como eu considero que a luta é coletiva fico mais satisfeita por achar que faço parte de um conjunto do que por ser a primeira.

SLA – Como tem sido o seu dia a dia de atuação na Câmara desde a sua eleição?

BGD – Eu acho a política um instrumento fabuloso, importantíssimo. É um

4 Lei n.º 16/2007, de 17 de abril, alterada pela Lei n.º 136/2015, de 7 de setembro (Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez).

instrumento que nos permite transpor o que são as reivindicações do movimento social para uma iniciativa legislativa que depois vai mudar as vidas e que sendo aprovada e implementada vai ter um contributo importantíssimo para a transformação. E é isso que me fascina na política, é isso que me interessa, mas tem sido extremamente complexo porque nós não temos um pelouro, ou seja, eu fui eleita vereadora sem pelouro. A analogia para o Brasil seria a secretaria, portanto o presidente da Câmara é o prefeito e os vereadores seriam os secretários da prefeitura. Aqui eu acho que o processo é diferente. As eleições são para a Câmara, que é um órgão executivo, são eleitos vereadores, e a lista mais votada elege o presidente, portanto existe um colégio de vereadores que não são da mesma lista do presidente. Isso faz com que a Câmara seja um órgão plural que tem uma representação de vários partidos, e eu represento o Bloco de Esquerda na Câmara, mas o presidente da Câmara Municipal foi eleito por uma coligação de vários partidos e ele é do PSD [Partido Social Democrata], portanto é de um partido de direita. E por isso nós não aceitamos variação, porque nós não vamos governar com a direita na cidade de Lisboa. Este presidente de direita, na maior parte das vezes, não agenda as nossas propostas. Há duas semanas nós aprovamos o Plano Municipal de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, que foi apresentado há um ano. E várias propostas assim ficaram vários anos na gaveta. Isso é um obstáculo à concretização da nossa visão para a cidade e das nossas propostas, mas por outro lado eu tenho consciência de que trago para o espaço das reuniões de Câmara, quer seja para as reuniões privadas ou para as reuniões públicas, um conjunto de matérias que estariam ausentes dessas discussões se eu não estivesse lá. Portanto eu também reconheço que, apesar das dificuldades do agendamento e da dureza de alguns debates – porque muitas vezes as minhas propostas não são agendadas, e o discurso que tenho nas reuniões de Câmara é deslegitimado pelos vereadores do PSD e do CDS [Partido do Centro Democrático Social] numa postura um bocado intimidatória –, este combate do discurso, das pautas que colocamos, também é um combate muito importante, porque vai contribuir para a pedagogia que é necessário fazer e também para a transformação. As pessoas não estão habituadas a ouvir pessoas negras nesses espaços de poder. Portanto é importante ocupá-los e também é importante confrontar as narrativas dominantes e as narrativas hegemônicas e colocar no espaço público contra-narrativas, que é o que eu faço. Apesar da dificuldade, sei que os desafios são sobre o meu corpo, mas quando me sinto mais em baixo lembro-me sempre daqueles e daquelas que antes de mim ocuparam esses espaços e que fizeram este trabalho. Foi o trabalho que desenvolveram que permitiu que eu hoje também ocupasse este espaço, portanto nos momentos de maior desânimo e desalento lembro-me daqueles que estão atrás de mim, sobre os ombros dos quais eu me encontro. Por isso é importante saber que faço parte desta comunidade de pessoas que foram lutando e que lutaram antes de mim, ou seja, eu não sou a primeira a ocupar este espaço.

SLA – E como tem sido a sua trajetória como professora?

BGD – Eu acho que foi sempre cruzando com o nível de conhecimento que eu ia tendo, ou seja, enquanto professora sou das poucas pessoas negras nos espaços que eu ocupo, portanto isto é a minha condição, ser sempre a única ou das únicas que está em determinados espaços, o que é uma desvantagem tremenda, é uma violência enorme. E só à medida em que eu fui aprendendo mais sobre o racismo e a discriminação é que fui percebendo o nível de violência e opressão a que eu fui sujeita ao longo de todo o meu percurso, portanto ser a única pessoa negra numa escola, a única professora negra numa escola, torna-te... Temos de estar sempre a afirmar as nossas posições, porque estes processos de silenciamento, de invisibilização, de deslegitimação, as piadas racistas e as formas de desconsideração estão sempre a operar, então é preciso estar sempre a responder a essas práticas, o que torna o processo bastante violento. E o meu cotidiano é este, ou seja, estou a lutar na Câmara contra o silenciamento e a invisibilização; quando saio à rua e ao supermercado estou a lutar contra a deslegitimação e a criminalização do meu corpo; na escola estou a lutar para que as minhas opiniões sejam atendidas, respeitadas e consideradas. É sempre um processo de luta que se tornou mais compreensível à medida em que eu fui conhecendo melhor as práticas do racismo, mas não se tornou mais fácil.

SLA – Você concilia as atividades de vereadora e sala de aula?

BGD – Sim, sim, sim, porque eu não tenho pelouro, e como eu não tenho pelouro não estou em exclusividade, então continuo a exercer a minha profissão. Eu acho que é o ensino médio o correspondente ao Brasil, portanto eu estou com turmas do nono ano. Tenho três turmas.⁵

SLA – Portugal ainda se orgulha e exalta um passado colonizador e civilizador. Como é para você enfrentar esse discurso na política?

BGD – Contestando, ou seja, o que nós fazemos na DJASS e com as conversas que propusemos, mas também com a proposta do Memorial de Homenagem às Pessoas Escravizadas, que foi uma das propostas vencedoras do orçamento participativo de 2017, que é um projeto importantíssimo para a cidade. O objetivo principal do projeto é prestar homenagem às pessoas que foram traficadas como mercadoria por Portugal durante os séculos XV, XVI, XVII, e XVIII. Portanto, é esse o objetivo principal: reconhecer a humanidade destas pessoas, celebrar essa humanidade, destacar o contributo que elas deram para o desenvolvimento tecnológico, cultural, social e para a riqueza que foi gerada, mas também, acima de tudo, reconhecer a sua agência, a sua subjetividade e a sua resistência, a forma como resistiram ao processo escravocrata

5 Ao tentar buscar um correspondente da sua atuação na educação básica, Beatriz se referiu ao nono ano como parte do ensino médio no Brasil. Contudo, aqui o nono ano se refere ao último ano do ensino fundamental.

e à violência escravista que procurou reduzi-las à mercadoria. Por outro lado, nós também queríamos pensar e contestar toda a história, os mitos da missão civilizadora de Portugal, do lusotropicalismo e do bom colonizador que estão potentes no espaço público, ou seja, esta peça artística que será colocada no espaço público celebra as pessoas escravizadas, mas confronta a narrativa hegemônica nacional colocando uma contranarrativa no espaço público. E essa contranarrativa fala da violência, da opressão, do saque que foi o projeto imperialista e colonial português. Nós apresentamos esta proposta em 2017 com estes eixos, portanto, para nós o memorial pode ser entendido em três eixos, que é o reconhecimento, depois os legados ativos do colonialismo, mas também o legado da luta – porque eu me considero herdeira dessa luta – e a resistência. Estes são os três eixos que representam o memorial, que é uma das propostas que a DJASS apresentou. Eu era presidente da DJASS quando apresentamos a proposta, e este é o centro da nossa intervenção, que é confrontar esta narrativa hegemônica. Eu faço isso no espaço onde estou, através de um discurso, falando do racismo e da discriminação, mas fazendo a genealogia da construção do racismo, levando-a até à escravatura e ao comércio de pessoas escravizadas, passando pelo colonialismo e pela ocupação colonial dos territórios africanos, e falando do racismo contemporâneo enquanto um legado deste processo.

SLA – Você encontra espaço para fazer o enfrentamento desse discurso hegemônico na escola também?

BGD – Sim. Enquanto presidente da DJASS, eu já fiz sessões em escolas, nas quais nós falamos das origens da construção do racismo e da discriminação racial, fazendo esta genealogia. Portanto fui convidada várias vezes e já fiz sessões dessa natureza numa escola no Vale da Amoreira, numa escola em Setúbal, escolas aqui em Lisboa e também em Sintra. Sou convidada para várias escolas para falar sobre racismo e discriminação. Enquanto professora de Biologia também trago essa dimensão de como é que a ciência participou na construção do racismo e da discriminação racial, ou seja, nos temas que vou tratando, vou desmontando estas ideias que são muito naturalizadas nas hierarquias dos humanos, de quem são os civilizados, de quem são os superiores e quem é que são os incivilizados, primitivos, inferiores. Também trabalho com os alunos essas dimensões, sim.

SLA – Além da DJASS, eu conheci a SOS Racismo, a Rede Afrolink⁶ e a Casa do Brasil⁷ em Lisboa e percebi que Portugal tem um bom expoente de vozes negras produzindo

6 Plataforma digital de representação e visibilidade dos afrodescendentes em Portugal. Disponível em: <https://www.afrolink.pt/>. Acesso em: 7 out. 2024.

7 Associação de imigrantes sem fins lucrativos, fundada em janeiro de 1992 por brasileiros/as residentes em Portugal e portugueses/as amigos/as do Brasil. Está aberta a todas as nacionalidades e tem um papel fundamental de ativismo e reivindicação de políticas igualitárias para as comunidades imigrantes em Portugal.

presença, conteúdo e fortalecendo essa contranarrativa. A minha percepção está correta?

BGD – Sim, sim, sem dúvida. Somos muitas e muitos e temos quadros muito preparados para este enfrentamento. Em 2019, no ano em que eu fui eleita deputada, fomos capazes de colocar pautas importantes na agenda política e na agenda midiática, nomeadamente a alteração da lei da nacionalidade, que foi uma das primeiras propostas que eu coloquei enquanto deputada e que foi construída e iniciada pelo GTO,⁸ que é o grupo de teatro do oprimido, liderado pela Anabela Rodrigues,⁹ que este ano é candidata pelo Bloco de Esquerda à Assembleia da República. Começou como uma peça de teatro para denunciar o fato de haver muitos jovens nascidos em Portugal sem nacionalidade portuguesa, ou seja, para denunciar essa iniquidade e também para reivindicar a alteração da lei, portanto isso gerou um movimento protagonizado por várias organizações de movimento social que fez uma petição para a alteração da lei da nacionalidade, organizou concentrações para a alteração da lei da nacionalidade, e os peticionários depois foram a uma audição na Assembleia da República. Na altura eu não era deputada e fui com um conjunto de companheiras e companheiros a essa audição na Assembleia da República para reivindicar essa alteração da lei da nacionalidade¹⁰ e ela efetivamente foi alterada, mas essa alteração ainda precisa ser aprofundada, porque continuam a haver muitos jovens descendentes de imigrantes que nasceram em Portugal que não têm nacionalidade portuguesa. A nacionalidade portuguesa continua a privilegiar o direito de sangue, porque os portugueses que nascem no estrangeiro também têm direito à nacionalidade portuguesa. Isto é um exemplo da força que o movimento social teve, a capacidade de coletivamente pressionarmos os poderes políticos para uma alteração que iria beneficiar a comunidade. Isto foi em 2017, e depois a alteração da lei foi em 2018 e em 2019 promovemos uma nova alteração da lei. Em 2016 fizemos uma carta aberta também com vários coletivos para responder ao governo português, ao alto comissário das migrações que tinha feito um relatório em que dizia que Portugal tinha uma abordagem holística à questão da discriminação racial, que nós achávamos que essa afirmação era falsa. E nessa carta elencamos um conjunto de áreas nas quais as pessoas de ascendência africana eram penalizadas, eram desproporcionalmente penalizadas. Também foi uma carta criada coletivamente, portanto fizemos várias reuniões para a redação da carta, um processo bastante alargado

8 O projeto pretende promover a prática do Teatro do Oprimido em seis bairros desfavorecidos da Zona Metropolitana de Lisboa: Cova da Moura, Zambujal, Adroana, Cruz Vermelha, Casal da Mira e Vale da Amoreira, com o objetivo de promover a autonomia e autoconfiança dos beneficiários, bem como uma nova imagem dos bairros periféricos de Lisboa, valorizando o seu capital jovem.

9 Anabela Rodrigues é artista, presidente do Grupo do Teatro Oprimido de Lisboa e atua em políticas de imigração e antirracistas. Em 2024, tornou-se a primeira mulher negra portuguesa a ter um lugar no Parlamento Europeu.

10 A legislação atualizada facilita o processo de naturalização e estende os benefícios de residência, trabalho e estudo. Uma das alterações mais significativas foi a redução do tempo necessário de residência legal em Portugal para solicitar a naturalização. Disponível em: <https://www.camaraportuguesa.com.br/mudancas-na-lei-da-nacionalidade-portuguesa-em-2024-start-be-global/>. Acesso em: 7 out. 2024.

com vários protagonistas, para confrontar o governo português e também teve uma grande repercussão, portanto foi publicada nos meios de comunicação, abriu telejornais com o assunto. Houve várias entrevistas. A Ana Tica¹¹ foi entrevistada, eu também fui entrevistada, a Carla Fernandes¹² também foi entrevistada, que é quem dirige a Afrolis,¹³ que começou por ser um *podcast* e continua a ser um *podcast*, mas também é um repositório da presença das pessoas negras. A Afrolis entrevistou várias pessoas negras que viviam em Portugal durante um longo período. Isso só para dar exemplos de alguns processos unitários que foram desenvolvidos ao longo de um período largo, entre 2016, quando fundamos a DJASS, e depois em 2019, quando eu, a Romualda Fernandes¹⁴ e a Joacine Katar Moreira¹⁵ somos eleitas deputadas¹⁶.

SLA – São resultados muito importantes!

BGD – Sem dúvida, e isto mostra a força do trabalho unitário e também a nossa pluralidade, porque temos todos instrumentos diferentes, uns atuam mais na comunicação, como a Paula Cardoso,¹⁷ outros atuam mais no teatro, como a Zia Soares,¹⁸ que é a diretora artística do Teatro GRIOT,¹⁹ e vários atores e atrizes negras que vão ocupando e ganhando espaço. Outros atuam na academia, como a Inocência

-
- 11 Ana Tica é ativista, produtora e agente cultural portuguesa licenciada em Animação Sociocultural e pós-graduada em Gestão de Organizações de Economia Social.
 - 12 Carla Fernandes é escritora, jornalista, tradutora e produtora cultural. Idealizadora do *podcast* Rádio Afrolis e fundadora da Afrolis - Associação Cultural, duas plataformas dedicadas às narrativas de pessoas negras que vivem em Portugal.
 - 13 Projeto de informação digital que visa mudar a percepção da realidade sobre as mulheres negras e racializadas em Portugal e no mundo. Tem redação liderada por jornalistas negras e outras mulheres historicamente racializadas. Disponível em: <https://afrolis.pt/>. Acesso em: 7 out. 2024.
 - 14 Romulda Fernandes é jurista e política portuguesa, especialista em Direito Internacional aplicado às Nacionalidades, Condição de Estrangeiros e Direito Humanitário. Em 2019, foi eleita deputada ao Parlamento português pelo Partido Socialista.
 - 15 Joacine Katar Moreira é historiadora e política portuguesa. Tem PhD em Estudos Africanos e foi eleita deputada ao Parlamento português em 2019 pelo partido LIVRE.
 - 16 HENRIQUES, Joana Gosrjão. Fez-se história: Parlamento terá três deputadas negras. *Público*, 7 out. 2019. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/10/07/politica/noticia/eleicoes-historicas-elegem-tres-deputadas-negras-1889146>. Acesso em 7 out. 2024.
 - 17 Fundadora da Rede Afrolink, Paula Cardoso é jornalista, autora da *Força Africana*, série de livros infantis para inclusão social de crianças africanas e afrodescentes em Portugal.
 - 18 Atriz e diretora artística do Teatro GRIOT, Zia Soares recebeu o prêmio Mérito às Mulheres pela Associação de Mulheres Empreendedoras Europa/África em 2022.
 - 19 Companhia de atores que se dedica à exploração de temáticas relevantes para a construção e problematização da Europa contemporânea. Disponível em: <https://www.teatrogriot.com/sobre>. Acesso em: 7 out. 2024.

Mata,²⁰ a Iolanda Évora²¹ e a Cristina Roldão,²² e eu, a Joacine Katar Moreira e a Remualda Fernandes, mais na política, portanto temos várias áreas de intervenção.

SLA – Eu te agradeço muito por esta conversa, Beatriz. Foi inspiradora!

Referências

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Fonte oral

DIAS, Beatriz Gomes [53 anos]. [fev. 2024] Entrevistadora: Simone Lima Azevedo. Lisboa, Portugal, 4 fev. 2024.

Recebido em 06/09/2024

Versão final reapresentada em 13/10/2024

Aprovado em 21/10/2024

20 Inocência Mata é ensaísta, professora e investigadora. É doutora em Letras, pós-doutorada em Estudos Pós-coloniais e professora na Escola de Artes e Humanidades da Universidade de Lisboa na área de Literatura, Artes e Cultura.

21 Iolanda Évora é doutora em Psicologia Social, investigadora na Universidade de Lisboa e professora do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG). Concluiu o pós-doutoramento sobre a produção de narrativas sobre migrantes e as mobilidades africanas no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

22 Sociológica e doutora em Sociologia, Cristina Roldão é professora e investigadora. Tem participado ativamente no debate acadêmico e público sobre o racismo e a História Negra na sociedade portuguesa.